



## SEÇÃO TEMÁTICA

**Em nome da família:** Análise do discurso de Damares Alves sobre a crise familiar

Gabrielle Marques, *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é realizar uma análise crítica de discurso, inspirada em Fairclough (2013) dos pronunciamentos de Damares Alves, no Conselho de Direitos Humanos da ONU e na III Cúpula Demográfica de Budapeste, ambos realizados em 2019. O objetivo era compreender os sentidos atribuídos à família e como a família era mobilizada para a discussão de diferentes agendas. Dialoga-se com parte da literatura que aponta as raízes do neoconservadorismo na convergência entre neoliberalismo e conservadorismo, ao identificarem processos de crise nas famílias (COOPER, 2017; BROWN, 2019) e reflexões críticas sobre a dimensão performativa do conceito de crise (GILBERT, 2019; (ROITMAN, 2016). A escolha pelos eventos deve-se à repercussão dos discursos, sobretudo em relação ao alinhamento conservador de defesa da família e da nação. Evidencia-se como o posicionamento da ministra corrobora a noção da família nuclear heterossexual como base primária da sociedade, impactando inclusive a formulação de políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Damares Alves. Neoconservadorismo. Crise. Família.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política onde foi premiado como o melhor trabalho apresentado na área temática de Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Agradeço imensamente a todos os comentários recebidos para a melhoria da pesquisa.



## **Introdução**

A ideia de crise é constantemente mobilizada pela teoria política e não são raros seus usos no cotidiano das pessoas. Atualmente muito se discute sobre a crise da representação política ou a crise das democracias visto a emergência de uma onda de extrema direita e neoconservadora em diversos países. Nesse sentido, alguns autores percorrem o tema propondo interpretações desses fenômenos e possíveis soluções. As leituras são diversas e tangenciam inúmeras perspectivas da ciência política, há aquelas que partem de uma separação conceitual entre democracia e liberalismo (MOUNK, 2019), outras focam na estagnação econômica e expansão da desigualdade social (PRZEWORKSKI, 2019), além de compreensões de cunho institucional que pautam a ausência de freios institucionais para líderes que colocam em risco a saúde democrática (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

No entanto, essas perspectivas carecem de um debate sobre o conceito de crise em si. Apesar dos discursos e narrativas sobre crise terem uma ampla circulação tanto no meio acadêmico, quanto na vida social, sua definição não necessariamente possui um sentido claro. Gilbert (2019) aponta como no contexto russo, apesar de a população comungar da percepção de que o país está em crise, não há um consenso sobre qual sua causa e quais os caminhos para sua superação. Além disso, o autor também destaca como a ideia de crise tem capacidade de influenciar nos contornos dos discursos políticos, possuindo uma dimensão performática. Cordeiro (2014) salienta como crise e crítica são fenômenos que precisam ser pensados de maneira conjunta, visto que a noção de crise implica na necessidade de que algo precisa ser feito. Assim, a ideia de crise condiciona uma estrutura narrativa. Azmanova (2020) salienta como a utilização discursiva da crise não é algo exclusivo de setores progressistas, já que é possível encontrar seu uso por alas conservadoras.

Acresce a estas reflexões, investimentos de parte da teoria política feminista na compreensão da relação entre conservadorismo e neoliberalismo. A aliança política estabelecida entre ambos se daria através da identificação da crise, ou ameaça à família tradicional (heterossexual), culminando em um processo de neoconservadorismo (COOPER 2017; BROWN, 2019), pautada por uma moralidade cristã, sobretudo no contexto latino-americano (BIROLI, VAGGIONE, MACHADO, 2020).



Trata-se, portanto, de uma racionalidade política que se expressa através da regulamentação da moralidade sexual. Parte da literatura que analisa as crises das democracias não leva em conta essa dimensão. Para Cooper (2017), os neoliberais teriam uma relação mais complexa com o discurso da crise familiar e seria um equívoco pensar que para o neoliberalismo valores familiares são menos importantes do que em relação ao conservadorismo. Ao entenderem a família como base civil, neoliberais se preocupam com os custos sociais derivados das mudanças na família, tendo em vista que tais custos se acumulam para governo e o contribuinte. Logo, a família deveria ser restabelecida como a principal fonte de segurança econômica, sendo uma alternativa abrangente ao estado de bem-estar social.

Dessa forma, o objetivo do artigo é realizar uma análise de discurso crítica dos pronunciamentos de Damares Alves, ex-ministra do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), no que tange formulações sobre a crise ou ameaça à família brasileira. Os objetos de análise foram os atos de fala oficiais da ministra na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e na III Cúpula Demográfica de Budapeste, ambos realizados em 2019. A escolha pelos eventos foi devida a repercussão dos discursos, sobretudo em relação ao alinhamento conservador de defesa da família e da nação. À época, os eventos ganharam destaque na mídia dada a expectativa sobre qual seria o tom adotado por Damares em sua primeira participação em um evento da ONU enquanto ministra. O alinhamento conservador de defesa da família e da nação agradaram os setores conservadores e por outro lado chamaram atenção das alas progressistas preocupadas com o futuro do ministério.

Além disso, estes dois discursos também foram escolhidos devido ao caráter distinto entre eles, que poderiam gerar efeitos discursivos divergentes. Enquanto a Sessão de Direitos Humanos da ONU é um evento consolidado, que ganha destaque a nível global, podendo gerar mais constrangimentos às falas de Damares, a Cúpula de Budapeste foi criada justamente enquanto um espaço de diálogo entre países conservadores fora do circuito da ONU. Por isso, acredita-se que neste espaço Damares poderia falar mais livremente, “entre amigos”, sobre seus planos e visões sobre como o ministério poderia proteger as famílias.

Assim, busca-se salientar como o conceito de crise carrega em si uma dimensão performática e discursiva que mobiliza atores



interessados na disputa pelo sentido do que está em crise e quais suas soluções, o que tem impacto direto na proposição de políticas públicas.

Além desta introdução o artigo é composto por uma sessão destinada ao diálogo com textos proeminentes sobre o tema da crise das democracias e sobre o conceito de crise em si. Seguida por uma discussão em que se destaca como a família emerge como um campo de disputa neste contexto e como o uso do conceito de crise não é um instrumento exclusivo de caráter progressista, visto que setores conservadores mobilizam uma ideia de crise nas famílias para proporem políticas que fortalecem a responsabilização familiar e a redução do Estado. Posteriormente é apresentado o desenho metodológico da pesquisa e seus principais achados seguindo o modelo tridimensional de análise do discurso proposto por Fairclough (2001) e por fim algumas considerações finais.

### **O conceito de crise e a crise das democracias representativas:**

O termo crise - ou sinônimos como ameaça, colapso, declínio - aparece em boa parte dos mais recentes *best sellers* da ciência política e das ciências sociais. O avanço de movimentos de extrema direita, que questionam os princípios democráticos, ao redor do mundo, tencionam a ideia de que a democracia representativa teria se estabilizado como a principal forma de governo após o declínio da União Socialista Soviética. As “promessas não cumpridas da democracia” (BOBBIO, 1986), a cobrança por participação, igualdade social e econômica e o sentimento de falta de representação são pontos encontrados em muitas das justificativas por uma política antissistema.

A estagnação econômica, a polarização da sociedade civil, a erosão das normas não escritas da democracia e os impactos das mudanças nos meios de comunicação, relacionados à massificação da internet, são pontos mobilizados como origens da crise das democracias em diversas análises. Mounk (2019) destaca três destes pontos: a percepção do aumento da desigualdade erode a ideia de progresso material, o que faz com que as pessoas percam a esperança em um futuro melhor. Isso levaria a desconfiar da capacidade de os governos democráticos melhorarem suas condições materiais de existência. Além disso, as mudanças nos meios de comunicação teriam alterado a dinâmica da distribuição de informações, aumentando a porosidade para a circulação de ideias extremistas e notícias falsas. Por fim, as questões identitárias,



agravadas pelo aumento da imigração, em contextos europeu e estadunidense, alteram as percepções políticas e culturais da sociedade criando grupos cada vez mais contrastivos.

Entendendo a democracia enquanto um conjunto de instituições eleitorais vinculantes que buscam traduzir a vontade popular em políticas públicas, o autor a distingue do liberalismo. Este representaria a vontade popular em direitos. Apesar das duas racionalidades terem caminhado juntas por muito tempo, o que acontece contemporaneamente é o seu afastamento. Assim, ocorreria a emergência de democracias iliberais e liberalismos não democráticos.

A diminuição da crença, por parte dos pais, de que seus filhos terão uma vida melhor, aponta para o desmonte do Estado de bem-estar social e, conseqüentemente, a quebra do compromisso entre o equilíbrio de capital e trabalho. Acresce a esse contexto o desgaste dos sistemas partidário e dos sindicatos (PRZEWORSKI, 2019). São também os partidos capazes de estabelecerem os freios institucionais que limitem os líderes de extrema direita, através de processos de tolerância mútua e reservas institucionais (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Esse movimento é importante, tendo em vista que os líderes extremistas chegam ao poder por meio das eleições, através dos próprios mecanismos democráticos que colocam em xeque.

Os exemplos até então mencionados partem de uma literatura preocupada com a manutenção da vida democrática, no entanto, o conceito de crise também é mobilizado por aqueles que questionam as democracias. A ideia de crise, tanto econômica, quanto política, foi utilizada na campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro em 2018. O discurso realçava que o Partido dos Trabalhadores (PT) teria quebrado o país, deixando-o em uma grave crise, alargada pela corrupção. Além disso, a ideia de crise também serviu para sua construção como *outsider*, mesmo tendo uma vida política institucional de mais de 25 anos<sup>2</sup>. Ainda em 2018, Bolsonaro afirmou que o exército teria um papel claro na crise política brasileira, como teria tido em 1964, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) concedesse o *habeas corpus* ao ex-presidente Lula<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.uol/eleicoes/especiais/as-propostas-de-governo-de-bolsonaro-e-seus-impactos-a-partir-de-2019.htm>. Acessado em 28/09/2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/bolsonaro-diz-que-exercito-tem-papel-claro-na-crise-politica-como-em-1964.shtml>. Acessado em 28/09/2021.





O exemplo possibilita a percepção do caráter discursivo e performativo que o conceito de crise possui. Ao se questionar sobre “crise” como uma forma paradigmática de enquadrar as preocupações sociais ou políticas, a sua força normativa chama a atenção. Os atores políticos usam da ideia de crise para construírem seus discursos, definindo seu significado e validando suas agendas e projetos. A noção de crise é formatada no discurso, sendo, portanto, um ato político (KOSSELLECK, 1999). Assim, a ideia de crise funciona como uma “âncora semântica” em que são disputados os seus significados e a descrição da situação. O paradigma funciona atribuindo à crise (predicado) um objeto (GILBERT, 2019).

A negligência desse aspecto do conceito representa um ponto cego na maioria das observações sobre crise, daí a necessidade de investigar as condições em que a noção é articulada, visto que, mais do que um momento objetivo, situações de crise são um processo (ROITMAN, 2016). Além disso, a culminância de um contexto discursivo de crise precisa ter um respaldo material. Sua constituição precisa da articulação de um imaginário que conforme seus problemas e interpretações, depende de lideranças intelectuais, morais e políticas. Logo, é importante que as análises sobre crise distingam quem são os atores articuladores dos discursos, de onde falam e quais são suas bases contextuais (GILBERT, 2019).

É na esfera pública onde se forma a consciência de crise, sendo um lugar privilegiado de sua performatividade (HABERMAS, 2014). Ao articular um problema na ordem social, o conceito de crise implica na formulação de soluções e na necessidade de agência (SADER, 1998). Para Roitman (2016) momentos de crise são privilegiados para o acesso ao conhecimento que podem levar a processos de crítica. Nesse sentido, Cordeiro (2014) salienta a necessidade de que ambos devem ser vistos em conjunto. No entanto, Sader (1998) destaca que os novos conhecimentos produzidos em momento de crise não carregam em si uma ontologia que levaria a uma vida melhor ou mais justa.

A pretensão do artigo não é esgotar esse debate, mas nos importa chamar à atenção para a forma como a noção de crise impacta na proposição de políticas públicas e nas instituições, visto que as narrativas sobre crise transmitem valores (GILBERT, 2019). É provável que esses valores incidam sobre disputas morais, como parece ser o caso do debate em torno das famílias. A disputa discursiva da crise em torno das famílias será abordada na seção seguinte, veremos que não é por acaso



que diversos atores políticos neoconservadores denunciem a crise da família tradicional.

Embora neoliberalismo e conservadorismo sejam duas racionalidades políticas distintas que visam diferentes propósitos, ambas convergem em uma crítica ao ambiente familiar (BIROLI, VAGGIONE, MACHADO, 2020; BROWN, 2019; COOPER, 2017). Isso significa dizer que a definição das relações de parentesco, as normas familiares e a organização cotidiana da família são temas importantes para a reflexão sobre estas racionalidades. Para Brown (2019), a dimensão moral tem um lugar de destaque dentro da razão neoliberal, seja assegurando a família ou emanando dela. Apesar de Mounk (2019) e Przeworski (2019) identificarem as consequências da racionalidade neoliberal, ponto-chaves para as crises das democracias, inclusive o desmonte do Estado de bem-estar social, os autores ignoram a dimensão moral.

### **Crise da família? Leitura neoconservadora sobre a família e o diagnóstico de crise:**

Cooper (2017) abre seu livro com a seguinte frase: “*a história da família é de crise perpétua*” (p. 07). Para a autora, a década de 1970, nos Estados Unidos, é fundamental para compreensão de como nasceu um discurso de crise e como o neoliberalismo o alavancou. A crítica ao Estado grande, à doutrina da responsabilidade social é condicionada por uma crença na responsabilidade individual, que fortalece a visão da família como um papel tradicional. Assim, a questão da responsabilidade pessoal e, consequentemente da família, foi central nos debates do início do século XX, em torno da introdução do Estado de bem-estar social. Tanto opositores, quanto defensores, viam a família como a base da vida moral e econômica, divergindo-se sobre as visões da relação adequada entre ela e o Estado. Ambos não questionaram a centralidade da família dentro de suas perspectivas econômicas e nem a dependência das mulheres nesses modelos (COOPER, 2017).

Enquanto defensores protestavam pela responsabilidade pública, opositores viam a segurança econômica como responsabilidade privada da família. O argumento contrário buscava reacender a família como uma instituição moral, baseada no trabalho não remunerado e no amor. Dessa maneira, a família privada adquire o sentido de fonte de segurança econômica, cabendo a ela tomar o lugar das transferências



previdenciárias e do Estado, além de cultivar pedagogicamente os valores familiares entre a população (COOPER, 2017).

Durante a década de 1980, conservadores se unem aos neoliberais na percepção de crise (COOPER, 2017). Quando os movimentos de libertação começaram a desafiar a normatividade sexual do salário familiar, como eixo de fundação do capitalismo de bem-estar social, uma nova aliança social-conservadora surgiu, propondo uma reinvenção estratégica da responsabilidade familiar privada, revivendo a tradição da responsabilidade familiar (COOPER, 2017). Além disso, para Brown (2019) em um contexto capitalista, as sociedades de consumo se desenvolvem vazias de significado moral, sendo necessário que um programa político conservador compense esses efeitos. O que implica na promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos. Desta maneira, a autora destaca a dimensão moral dentro da racionalidade liberal.

É em Hayek que Brown aponta a relação entre mercado e moral, entendido pelo economista e filósofo como igualmente importante para uma civilização próspera. É possível encontrar em seus escritos uma admiração pela capacidade da tradição em produzir harmonia e integração social. A liberdade, então, seria constituída pela tradição moral e não limitada por ela, pois a tradição promoveria um estilo de vida livre em contraste com um modo de vista organizado por um poder político, racional e inevitavelmente falho. E, seriam justamente as tradições centradas na família e na propriedade, que conseguiriam sobreviver ao curso da história (BROWN, 2019). Além disso, Brown (2019) também destaca, nessa perspectiva, como a religião tem função codificadora e transmissora da tradição. Assim, a reconfiguração do liberalismo proposta por Hayek, retira a autoridade política e confere às normas e práticas impregnadas pela religião a capacidade de organizar a sociedade. A ideia é conceber a sociedade como nada mais que a soma de indivíduos, retirando a centralidade da política em nome do mercado e da moral. O histórico discurso de Margaret Thatcher “não existe sociedade, o que existe são indivíduos e suas famílias” é um ótimo exemplo da manifestação neoliberal centrada na família.

Para a autora, a contribuição original de Hayek ao neoliberalismo é justamente a reformatação do tradicionalismo como liberdade. Mas, Brown (2019) ainda destaca que para Hayek, não cabe ao estado ditar uma moralidade, sua função é a de assegurar os pré-requisitos de uma vida moral. Uma maneira de fazer isso é através da expansão da *esfera*





*peessoal protegida*, estendendo o alcance da moralidade tradicional para além das igrejas e famílias (BROWN, 2019). Logo, a *esfera pessoal protegida* é, tanto um limite, quanto uma espécie de ação estatal. A única que pode de fato restabelecer os costumes tradicionais em uma sociedade danificada pelo Estado (BROWN, 2017). Por isso, embora a cara do neoliberalismo possa ser a da privatização econômica, boa parte de sua força reside na ampliação da *esfera pessoal protegida*. Em outras palavras, para justificar desmontes de políticas públicas e redução do Estado, é preciso que normas da esfera privada trabalhem para deslegitimar o conceito de bem-estar social e a luta por igualdade entre classe, gênero, raça e sexualidade.

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e ‘familiarizada’ de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (BROWN, 2017, p. 133).

Em diálogo com Milton e Rose Friedman, Cooper (2017) salienta como a restauração da responsabilidade familiar é apresentada como uma consequência natural da marginalização do papel do Estado de bem-estar social, dado que são as obrigações familiares que sustentam a liberdade do indivíduo. É interessante notar que a liberdade prometida pela economia liberal não é possível sem obrigações no âmbito privado. Para que os neoliberais insistam na responsabilização individual dos destinos, é necessário que haja responsabilização familiar quando se trata de gerenciar os inevitáveis problemas de dependência econômica como as atividades de cuidado. Para Cooper (2017), essa pode ser uma das origens históricas e políticas da relação entre individualismo e valores familiares. Então, o que também está em curso é também uma disputa pelo sentido de liberdade. A liberdade desatrelada da sociedade e da democracia é uma importante ferramenta para substituir o governo democrático pelo mercado desregulado e pela moralidade tradicional (BROWN, 2019). A expansão da *esfera pessoal protegida* em nome da liberdade assegura a existência de poderes desiguais entre os gêneros, as raças e as diferentes sexualidades, além de gerar um *ethos* de nação que rejeita uma ordem pública plural, secular e democrática, em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar (BROWN, 2019).



Para Biroli, Machado e Vaggione (2020) a maneira atual do conservadorismo latino-americano tem relação à temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+. Grupos cristãos veriam nesse contexto uma ameaça, ou crise, à família tradicional. Grupos de direita não religiosos se unem a essa perspectiva culminando em um paradoxo para a política institucional, já que é por meio dela que os atores ampliaram sua atuação, mas o caráter antipluralista desta contribui para a erosão das democracias (BIROLI, MACHADO E VAGGIONE, 2020). Assim, a disputa entre moralidade abre oportunidade para que lideranças de extrema direita ameacem os valores democráticos e reforcem tendências autoritárias. Esse seria o caráter do neoconservadorismo, a fusão entre neoliberais e conservadores religiosos, ou não, que veem na família tradicional a principal base para a organização social e para o planejamento político da nação. Não é por acaso que Bolsonaro entoe o lema “Deus, pátria, família”.

Dessa forma, a história do capitalismo moderno também implica na reinvenção periódica da família como instrumento de distribuição de riqueza. De maneira que a história jurídica da família moderna pode ser entendida como um processo de “preservação através da transformação”. Ou seja, as hierarquias de gênero são recapturadas dentro de novas estruturas jurídicas mais democráticas, mas não menos implacáveis (COOPER, 2017).

A pesquisa de Santos (2019) identifica uma intensificação das disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018 no Brasil. Segundo a autora, deputados conservadores com vínculos religiosos protagonizaram a defesa da família tradicional, monogâmica, heterossexual e com papéis de gênero tradicionais a partir da mobilização de argumentos religiosos e jurídicos. Além disso, o governo de Bolsonaro instaura, pela primeira vez pós-redemocratização, um ministério que leva a família no nome.

A sessão seguinte é dedicada à análise de como Damares Alves, ministra do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, através de uma concepção de crise ou ameaça às famílias, articula discursivamente soluções que vão ao encontro do reforço da família tradicional em consonância com tendências neoconservadoras. O método de análise foi a análise de discurso crítica inspirada por Fairclough (2001).



## Método e análise:

Conforme mencionado, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de discurso crítica, inspirada em Fairclough (2001), dos pronunciamentos de Damares Alves no que tange formulações sobre a crise da família brasileira. Os objetos de análise foram os atos de fala oficiais da ministra na 40<sup>a</sup> sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e na III Cúpula Demográfica de Budapeste, ambos realizados em 2019. A escolha pelos eventos foi devida à repercussão dos discursos à época, sobretudo em relação ao alinhamento conservador de defesa da família e da nação. Àquele momento, ONGs e jornalistas denunciaram como a fala da ministra foi repleta de omissões e autopropaganda, como por exemplo as denúncias que o país estava recebendo por violação dos direitos humanos e o desmonte de uma série de políticas públicas<sup>4</sup>. Além disso, o caráter distinto entre eles, devido ao fato de que a Cúpula de Budapeste representa um evento fora do sistema ONU para nações “amigas” poderiam gerar efeitos discursivos diversos sendo uma interessante comparação.

O modelo tridimensional de análise do discurso crítica postulado por Fairclough (2001) compreende qualquer evento discursivo como simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Ou seja, o conceito de discurso mobilizado entende a linguagem como uma forma de prática social e um modo de ação, sendo uma maneira pela qual as pessoas agem no e sobre o mundo. Assim, ele é uma prática não só de representação do mundo, mas de significação e as ordens de discurso podem ser consideradas como facetas discursivas das ordens sociais.

---

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/02/24/discurso-de-damare-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-foi-repleto-de-omissoes-denuncia-ong.htm>. Acesso em 03/12/2024.

Disponível em:

<https://www.conectas.org/noticias/organizacoes-se-manifestam-contradiscorso-de-damare-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>. Acesso em 03/12/2024.

Disponível em:

<https://cimi.org.br/2022/02/cimi-repudia-o-discorso-da-ministra-damare-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>. Acesso em 03/12/2024.



Além disso, o autor entende discurso como prática política, de maneira que é capaz de manter e transformar as relações de poder e entidades coletivas, sendo não só um local de poder, mas também um marco na luta pelo poder. Pensando sobre processos de mudança social, mudanças na organização e na cultura são de modo significativo mudanças nas práticas discursivas. À medida que os atores combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova, em eventos discursivos inovadores, estão produzindo mudanças nas ordens de discurso. Essas mudanças podem ser em uma instituição ou na sociedade como um todo. Dessa maneira, o foco de análise deve ser combinado entre os elementos do evento discursivo e as mudanças estruturais no qual se insere. A contribuição da análise crítica do discurso seria justamente a investigação de tendências de mudanças nas ordens de discurso que pode trazer uma contribuição significativa à compreensão de mudanças sociais de maneira mais ampla.

Parte da literatura contemporânea (COOPER, 2017; BROWN, 2019; SANTOS, 2019, BIROLI, MACHADO E VAGGIONE, 2020) aponta as raízes do neoconservadorismo na convergência entre neoliberalismo e conservadorismo ao identificarem processos de crise nas famílias. Como é característico das disputas políticas, é possível observar nesse processo uma mudança nas práticas discursivas, nesse caso a família é rearticulada em nome de um tradicionalismo ao mesmo tempo em que é colocada em uma posição de fragilidade, uma instituição que precisa ser protegida das ameaças externas. Compõe os processos de mudança social, em que discursos então em disputa e, portanto, sentidos sobre o mundo, o que implica em relações de poder. Se por um lado vemos o avanço de pautas feministas e LGBTQIA+ que apontam para novas configurações familiares, por outro, vemos setores conservadores rogando pelo modelo familiar mais tradicional possível.

Além disso, como discutido na primeira sessão do artigo, o conceito de crise carrega em si uma forte dimensão discursiva e performativa. A análise crítica do discurso contribui para a análise desse quadro. Portanto, a análise seguirá as três dimensões definidas por Fairclough (2001) para a ADC: dimensão textual, discursiva e a prática social.

A transcrição dos discursos está disponível em sites oficiais do governo. Em posse dos textos, os procedimentos de análise seguiram a leitura destes. Em um primeiro momento foram destacados os elementos que mais chamaram a atenção, as políticas propostas e como elas se



relacionam com as famílias. Posteriormente, os textos foram decupados à luz das três dimensões do discurso.

### *Dimensão discursiva*

A dimensão discursiva se preocupa em compreender o consumo e a produção dos textos, além de procurar pistas do seu processo de produção. Entende-se o momento discursivo como resultado de falas e contextos anteriores que possibilitam a sua organização e enunciação. Em outras palavras, é a dimensão onde serão analisadas a natureza dos processos de produção e interpretação textual. Nesse sentido, consideramos importante trazer uma breve biografia de Damares Alves e a contextualização dos eventos em que os discursos foram realizados.

A eleição de Bolsonaro em 2018 desencadeou preocupação com o respeito aos direitos humanos, por parte de uma série de setores da sociedade, devido ao alinhamento do presidente a movimentos de extrema direita ao redor do mundo, que ameaçam os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Dado esse contexto, um dos ministérios que mais eram especulados era a pasta de direitos humanos. Em seis de outubro de 2018, Damares Alves foi anunciada para liderar a pasta não só dos direitos humanos, mas também da família e do direito da mulher. É importante ressaltar, que mesmo antes do anúncio da ministra, Bolsonaro já havia comentado seu interesse em nomear a pasta como Ministério da Família. Em entrevista para a TV Aparecida ele afirmou que não haveria no Brasil uma política de fato de direitos humanos até então e que esse ministério teria o nome de família por ser algo tão caro e importante a todos nós<sup>5</sup>. Sendo a primeira vez que um ministério brasileiro leva família no nome.

Damares Alves é formada em direito e pedagogia, além de ser pastora evangélica. Em 1995, filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e quatro anos depois tornou-se assessora parlamentar de Josué Bengtson (PTB), que também é seu tio. Além de Josué, assessorou Arolde de Oliveira (PSD), Magno Malta (PL) e João Campos (PRB), totalizando 20 anos de atuação política. No Congresso Nacional, integrou a Frente Parlamentar de Combate às Drogas, a Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida e a Frente Parlamentar

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-anuncia-mudanca-no-ministerio-dos-direitos-humanos-o-nome/>





Evangélica. Além de assessora parlamentar, a ministra foi diretora de assuntos parlamentares da Associação Nacional de Juristas Evangélicos. Embora não possua o título de mestrado e esteja suspensa da OAB, Damares se apresenta como mestra em educação, direito constitucional e direito da família, além de advogada. É uma defensora do fim da “ideologia de gênero”, do projeto Escola Sem Partido, além de ser declaradamente contrária ao aborto. Sua nomeação foi extremamente bem recebida pelos setores conservadores, por representar o alinhamento do governo com tais perspectivas. Em seu discurso de posse afirmou que “o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”<sup>6</sup>.

O levantamento de sua biografia é importante porque indica como a ministra possui uma longa trajetória de atuação política ligada à banca evangélica e a defesa dos interesses dos setores conservadores. Assim, sua escolha pode ser interpretada como extremamente estratégica e acertada. Ao contrário de outros ministros do governo que não possuíam experiência política, Damares acumula um vasto conhecimento, sendo uma atriz fundamental no governo. Tal consideração é um contraponto para leituras que, por muitas vezes, delineiam a ministra e as polêmicas em que se envolve como “cortina de fumaça”. Para Rodrigues e Falcão (2021), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é uma das formas contemporâneas de ativismo político do campo religioso evangélico no Brasil, sendo importante porque sua forma de atuação se constitui a partir de afinidades estruturantes com a ideologia liberal, longe de ser composto apenas por “pautas morais”.

Apesar da perseguição à chamada “ideologia de gênero” ter sido inicialmente desenvolvida pela Igreja Católica, outras denominações religiosas também se apropriaram deste léxico para alavancar sua visibilidade e influência, na América Latina, destacam-se os setores evangélicos (JUNQUEIRA, 2018). Nesta leitura, os avanços nas pautas de gênero subvertem a ordem natural da sexualidade, sendo uma ameaça à família natural, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização.

Como já mencionado, Damares assume o ministério em um contexto de grande preocupação com os rumos que o governo assumiria em relação aos direitos humanos. Com pouco mais de um mês da posse de Bolsonaro, a ministra participou da abertura do segmento de alto

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg&t=530s](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&t=530s).



nível da 40ª sessão do conselho de direitos humanos da ONU, em 25 de fevereiro de 2019, na cidade de Genebra. Havia uma grande expectativa em torno de seu discurso, dada a natureza do evento e visto que seria seu primeiro pronunciamento oficial em âmbito internacional.

A fala da ministra durou aproximadamente 10 minutos a defesa da democracia e o pleno funcionamento do Estado de direito. Também é mencionado como a aglutinação do ministério à pasta da família e da mulher o que ampliaria as competências da gestão, através de uma estrutura unificada, que possibilitaria o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes em direitos humanos.

O tom de seguridade passado, em relação ao respeito e compromisso com os direitos humanos, permanece ao longo do discurso. Todavia, ao mesmo tempo, tópicos importantes para a agenda conservadora são mencionados, como o direito ao aborto. É também no início do discurso que Damares afirma que o direito à vida, desde a concepção, será priorizado, o que estaria alinhado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o Pacto Internacional de Direitos Civis e o Pacto São José da Costa Rica.

De maneira geral, este pronunciamento tem o caráter de amenização das preocupações apresentadas por parte da sociedade civil com as posturas do governo em relação aos direitos humanos, como pode ser visto pelo trecho a seguir:

Quero assegurar a todos o compromisso inabalável do governo brasileiro com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e com o pleno funcionamento do estado de direito. Esse compromisso está consagrado na decisão do presidente Jair Bolsonaro de for-talecer o ministério de direitos humanos na nova estrutura de governo, agora denomi-nado de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A nova pasta tem competências ampliadas e estru-tura unificada, o que permitirá desenvolver políticas públicas abrangentes em direitos humanos (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

A natureza do evento implica em como o discurso será conduzido (Fairclough, 2000). A 40ª Cessão de Direitos Humanos da ONU é um



evento tradicional e um espaço transnacional. Um discurso mais explícito em relação a posicionamentos de extrema direita, que ferem elementos dos direitos humanos, poderia ter grandes repercussões negativas. Portanto, entendemos que esse fato também impacta a maneira como o discurso foi construído. Mas é interessante notar que, se na ONU houve uma postura mais branda, onde a família emerge como um plano de fundo, na III Cúpula Demográfica de Budapeste o discurso ganha novos contornos:

[...] o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que conta no seu organograma, entre outras áreas, com a Secretaria Nacional da Família e com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. O foco especial na família pretende fortalecer sua estrutura e as relações intrafamiliares, sempre mantendo sua liberdade e autonomia. A preocupação não é apenas conceitual, mas visa enfrentar desafios concretos, considerando as circunstâncias socioculturais e econômicas diferentes, com atenção especial às famílias vulneráveis (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

O evento aconteceu entre os dias 5 e 6 de setembro de 2019. Segundo seu site oficial, o objetivo era discutir maneiras de lidar com as mudanças demográficas, tema central para pensar o futuro de alguns países, sobretudo aqueles que sofrem com o envelhecimento e o encolhimento populacional. Segundo Soares e Ricoldi (2022) o encontro é um desdobramento de uma série de eventos que ocorrem desde 2015 a partir do governo de Viktor Orbán, seu posicionamento pró-família e anti-imigração apresentam um contraponto às conferências da ONU, sendo, portanto, um evento fora do sistema ONU.

O pronunciamento de Damares se inicia com uma fala livre, com ar de espontaneidade. Nele, a ministra pede desculpa em nome do presidente Bolsonaro, pelo não comparecimento ao evento. Nesta fala livre é onde se encontram mais explícitos os elementos neoconservadores do governo. Damares elogia Bolsonaro, chamando-o de incrível líder e incrível homem que quer trazer o Brasil para o cenário mundial como um país pró-família e pró-vida. Ela salienta como o presidente ficou por anos trabalhando no Congresso Nacional dizendo



que nós precisamos investir em família para que a nação crescesse e estabelecesse a paz. Comemorou que pela primeira vez o Brasil tem um ministério da Família. Também disse que Bolsonaro a pediu para enviar o recado de que o Brasil, agora, é uma nação pró-família.

Portanto, o fato de Damares discursar em evento voltado para países alinhados ao neoconservadorismo possibilitou que sua fala tivesse elementos mais explícitos sobre a necessidade de proteção da família tradicional. Mas, a presença de reflexões sobre a família brasileira, em ambos os discursos, evidencia como o tema é um elemento importante para pensarmos os processos políticos contemporâneos, como veremos a seguir.

### *Dimensão textual*

A dimensão textual se debruça sobre a análise linguística dos textos, a relação entre a estrutura gramatical e os sentidos adquiridos, entre forma e conteúdo. Assim, é interessante notar que a análise dos discursos de Damares evidenciou o uso corriqueiro da noção de *ameaça* ao se referir às famílias. O dicionário Michaelis define ameaça como: 1) “aceno, gesto, sinal ou palavra cujo fim é advertir ou atemorizar; advertência, ameaço, intimidação”, 2) “promessa de castigo ou malefícios”, 3) “ato delituoso pelo qual alguém, verbalmente ou por escrito, por gesto ou por qualquer outro meio simbólico e inequívoco, promete fazer injustamente um mal grave a determinada pessoa”, 4) “advertência de futura pena” e 5) “prenúncio de qualquer coisa má; ameaço”<sup>7</sup>.

O conceito de crise implica na construção de uma estrutura narrativa que torne um problema público e apresente soluções (CORDEIRO, 2014) e a definição de *ameaça* se aproxima desse sentido, sendo um claro sinônimo. Por exemplo, no discurso proferido em Budapeste, a ideia de ameaça nas famílias está relacionada à mudança na estrutura familiar ocorrida nas últimas décadas relacionadas à demografia.

Assim como diversos países representados neste encontro, o Brasil tem a importante tarefa de lidar com as significativas

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=xL8R>. Acesso em 25/07/2022.



mudanças na estrutura familiar ocorridas nas últimas décadas, a redução do crescimento populacional, o envelhecimento da população e o aumento dos movimentos migratórios, entre outros desafios (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

Chama atenção o tema da imigração. É sabido que no Brasil este não é um tema recorrente na agenda pública, de maneira que esta construção retórica parece ser uma aproximação com os outros países ali presentes, do que uma pauta concreta. Assim, é definido que o foco especial na família pretende fortalecer sua estrutura e as relações intrafamiliares, sempre mantendo sua liberdade e autonomia. A preocupação não é apenas conceitual, mas visa enfrentar desafios “concretos”, considerando as circunstâncias socioculturais e econômicas diferentes, com atenção especial às famílias vulneráveis. Visto que as famílias estão ameaçadas, nesta perspectiva, o discurso apresenta uma série de políticas para o fortalecimento e proteção delas. As estratégias para isso são vinculadas ao incentivo da reprodução e a restrição da imigração. O termo “protegê-la” nos chama atenção, é justamente ele que implica em que algo esteja sendo ameaçado.

Frise-se que nosso governo não busca interferir na família, mas protegê-la, assegurando sua autonomia e liberdade. Nesse quadro, buscamos promover uma política de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção, bem como prestar o necessário apoio às famílias uniparentais, geralmente chefiadas por mulheres, que são muito comuns no Brasil (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

O mesmo jogo de sentidos está presente no discurso realizado no encontro da ONU. Nele o objetivo do ministério é definido como o “fortalecimento dos vínculos familiares”. As medidas para isso são o esforço para prevenir a mortalidade materna, neonatal e infantil, além do revigoramento do Bolsa Família, por meio do 13º benefício. Porém, chama a atenção que não foi definido discursivamente como esse





fortalecimento será feito, o que é entendido por vínculos familiares ou qual é a cara da família brasileira.

É compromisso desta ministra e do presidente Jair Bolsonaro fazer com que as políticas públicas sejam destinadas a todas as mulheres da nação brasileira. Vamos alcançar, portanto, as mulheres, muitas vezes invisíveis, que integram povos e comunidades tradicionais, como as mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras artesanais, as quebradeiras de coco, as ribeirinhas, as ciganas, entre outras. [...] Da mesma forma, tomaremos as medidas a nosso alcance para garantir o bem-estar e o melhor interesse de todas as crianças. Nada mais em linha com minhas prioridades pessoais e profissionais do que a campanha de conscientização nacional que estamos lançando para a prevenção do suicídio e da automutilação de crianças, jovens e adolescentes. No contexto da proteção da família, nosso foco será o fortalecimento dos vínculos familiares. Além disso, redobramos os esforços para prevenir a mortalidade materna, neonatal e infantil. Buscaremos revigorar o Bolsa Família, por meio de desembolso do 13º benefício, ao mesmo tempo em que realizaremos auditoria para coibir irregularidades e excessos (Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-da-ministra-damares-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>).

No discurso proferido na ONU, a família é articulada enquanto um tema dos direitos humanos, mas não são levantadas questões de desigualdade entre as famílias, dentro das famílias ou o reconhecimento de diversas configurações familiares, na realidade a família foi utilizada sempre no singular. O tema da família não é explicitamente o mais mencionado, no entanto, consideramos que a sua menção já é um dado significativo. Intertextualmente, ou seja, o diálogo que o texto estabelece com um contexto mais amplo, para além do explícito, há uma concepção específica de família que guia as ações mencionadas. É interessante notar que em Budapeste, a família também é mencionada como importante para a proteção dos direitos humanos.

O Brasil reconhece o importante papel das famílias na promoção e proteção dos direitos humanos. O Brasil considera que é necessário proporcionar um ambiente familiar saudável,



de modo a garantir um local seguro para as mulheres e crianças e para poder combater e prevenir a violência e a discriminação” (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

Em relação aos elementos textuais, também nos chamou a atenção a utilização de diversos dados sobre a população brasileira, como taxa de natalidade, fecundidade, faixa etária. Esses dados servem como um artifício para legitimar as propostas apresentadas, o uso de dados estatísticos parece passar uma dimensão de cientificidade.

Em suma, Damares é uma importante atriz política do governo de Bolsonaro, a ideia de crise ou ameaça nas famílias é mobilizada para construir seus discursos e validar sua agenda política neoconservadora. Assim, há uma percepção de proteção da família que se aproxima das articulações sobre a crise do ambiente familiar. As soluções propostas pela ministra vão ao encontro do reforço do familismo e da diminuição das responsabilidades estatais. Trata-se, portanto, de um recurso discursivo estratégico, uma chave interpretativa onde as mudanças demográficas e os direitos humanos são mobilizados para defender uma concepção de família baseada na heterossexualidade e na binariedade entre os gêneros.

Outra iniciativa que podemos destacar é a da criação de um Observatório da Família, que tem por finalidade coletar e compilar dados que nos permitam formular e executar, com base em evidências, sólidas políticas públicas para o enfrentamento dos problemas que afetam o bem-estar das famílias brasileiras. Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças, respeitando sua integridade, tratando-as como crianças que são e dizendo um sonoro “NÃO” à ideologia de gênero (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

A pesquisa de Baleiro (2018) encontrou resultados parecidos. Ao analisar a reação contra materiais didáticos pelo enfrentamento da homofobia nas escolas em 2014, a discussão sobre os planos educacionais em torno da “ideologia de gênero” entre 2014 e 2015 e a



perseguição à exposição e performance artística *queer* em Porto Alegre e São Paulo, o autor encontra a mobilização de um quadro discursivo que instaura um pânico moral onde é identificada uma situação de ameaça às crianças. Assim como ocorre com a noção de ameaça às famílias, a noção de ameaça às crianças implica na necessidade de proteção, o que justificaria políticas menos plurais.

### *Dimensão da prática social*

A dimensão da prática social é o lugar da análise social. Nela é analisada como circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discurso moldam a natureza da prática discursiva e seus efeitos. Assim, as relações de poder e resistência estabelecida nos discursos são elementos centrais, bem como as dinâmicas das mobilizações por mudanças ou manutenção da estrutura social. Nos discursos analisados, fica evidente que se trata de uma disputa retórica pelo sentido das mudanças ocorridas nas famílias nos últimos anos, resultado de diversos processos, inclusive de conquista de mais direitos para as mulheres e para a comunidade LGBTQIA+.

Na ONU, Damares apresenta diversas frentes de ação do seu ministério. São relatadas políticas de proteção e defesa dos direitos das mulheres, garantia do bem-estar e o melhor interesse de todas as crianças, família, implementação do 13º salário do programa Bolsa Família, além de auditoria para coibir irregularidades e excessos, promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, atenção às pessoas idosas sob a ótica dos direitos humanos, combate ao racismo e à discriminação racial, combate à violência e descriminação contra pessoas LGBT, proteção para os defensores de direitos humanos, incluindo comunicadores sociais e ambientalistas, direito à saúde e à educação. Os povos indígenas receberam destaque. Além disso, Damares ressalta que o Brasil é um país laico, mas isso não implica em que seja laicista:

Somos um país laico, mas isso não significa que somos um país laicista. No Brasil, todas as expressões religiosas são igualmente respeitadas e protegidas, assim como a opção de não ter nenhuma religião. Em um dos seus primeiros atos, o presidente Jair Bolsonaro promulgou legislação que garante ao estudante o direito de ausentar-se de prova ou de aula em dia que seja vedado o exercício de tais atividades, segundo seus preceitos religiosos (Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica>



-externa-brasileira/discurso-da-ministra-damares-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu).

Como já mencionado, aqui o tema das famílias aparece intertextualmente. Apesar de não ser central, as diversas políticas públicas mencionadas incidem sobre as famílias, como o direito das mulheres, das crianças, dos idosos e das pessoas com deficiência. - Portanto, isso não representa um prejuízo à consideração da centralidade das famílias para os processos em curso. A ADC permite justamente desvelar elementos discursivos que não estão explícitos à primeira vista -. Das propostas mencionadas, todas giram em torno de políticas que estão baseadas na responsabilização da família e não do Estado. Por exemplo, em relação aos direitos das crianças, as propostas mencionadas são a campanha de conscientização nacional para prevenção do suicídio e da automutilação. Não que estes temas não sejam importantes e não mereçam atenção do governo, mas o direito à assistência médica, ao lazer, à cultura, ambos gratuitos e de qualidade, também são centrais para uma infância mentalmente saudável.

A educação é outro exemplo: além de ser importante para a infância, foi apresentada no discurso como um campo de atuação específico. Suas propostas versaram o programa nacional de alfabetização e regulamentação da educação familiar. A educação familiar consiste em um formato educacional em que o estudante estuda em casa e não na escola tradicional. A pauta foi um tema importante na campanha bolsonarista, através do projeto Escola Sem Partido. No entanto, retirar a criança da convivência com outras pode prejudicar sua formação, impedindo-as de terem contato com a diversidade. Junqueira (2018) chama a atenção para o fato de o campo da educação é central na disputa de atores conservadores. Já que, para defender uma sociedade baseada na “família tradicional” seria necessário retirar a educação sexual nas escolas.

A própria postura da ministra em relação ao direito ao aborto incide diretamente sobre o tema família, na medida em que mulheres não possuem o direito de interromper uma gravidez indesejada e se vêm na posição de serem mães mesmo que sem querer.

Defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa, em



linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, bem como, no âmbito regional, com o Pacto de São Jose da Costa Rica. Em todas nossas ações, a Constituição Federal do Brasil será nosso guia, nosso norte, nosso mapa (Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-da-ministra-damare-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>).

Por que um governo precisa tornar o fortalecimento de vínculos familiares uma política pública? Brown (2019) salienta como “Deus, família, nação e livre iniciativa” é um mantra conservador. Como discutido anteriormente, o entendimento da sociedade a partir das famílias e dos indivíduos retira as responsabilidades do Estado, além de impactar na criação de laços de coletividade. Assim, é possível identificar a aproximação do governo às tendências globais neoconservadoras.

Em Budapeste, se o objetivo do evento era discutir problemas relacionados às mudanças demográficas, para Damares a família tem papel fundamental no enfrentamento deste. Enunciada como “foco principal” do ministério, o objetivo seria fortalecer sua estrutura, as relações intrafamiliares, mantendo a liberdade e autonomia, com foco especial para as famílias carentes. Além de ser novamente articulada com a promoção de direitos humanos.

Seguindo o raciocínio, um ambiente familiar saudável seria importante para garantir um local seguro para as mulheres e crianças e para combater e prevenir a discriminação. A segurança pública também ganha contornos que salientam seu impacto na família, visto que a violência impediria o fortalecimento das famílias brasileiras e, o Brasil, segundo a ministra, estaria no caminho certo para esse propósito. O discurso destaca também, a criação do Observatório Nacional da Família, cuja finalidade seria coletar e compilar dados que possibilitem a elaboração de políticas públicas. Assim como o discurso em Genebra, Damares salienta a atenção do governo para as crianças. Em suas palavras,

É sempre importante lembrar que os desafios que enfrentamos no Brasil são proporcionais à extensão territorial do país. Não somos, todavia, apenas um país continental. [...] Não apenas respeitamos essa diversidade cultural, como nos orgulhamos dela. Isso não significa que não tenhamos muito a corrigir nas



rotas e caminhos que vinham sendo trilhados pela nossa nação sob lideranças anteriores. Um dos nossos principais desafios é o de resolver os nossos problemas relacionados com a segurança pública, que tem impedido um maior florescimento das nossas famílias e de nossos grandes potenciais humanos. [...] É objetivo do nosso governo garantir que nossas famílias possam conduzir seus projetos de vida livres do fantasma da violência. Estamos no caminho! (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damaries-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

O combate à “ideologia de gênero” não é algo criado pelo governo Bolsonaro, mas é uma de suas bandeiras políticas. Ela se refere às tentativas de educação sexual e sobre diversidade sexual nas escolas, a ideia é de que as escolas estariam sexualizando as crianças e ensinando práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Esse ponto é importante, porque ao mobilizar o termo “ideologia de gênero”, a ministra se afasta do debate feito pelos movimentos sociais ou pela academia sobre sexualidade, gênero e orientação sexual. Famílias LGBTQI não são mencionadas no discurso.

A “ideologia de gênero” pode ser lida enquanto slogan que infla a arena política através de manifestações de diversos movimentos que acusam as teorias de gênero de serem um dispositivo de indiferenciação sexual, de aniquilação da família natural ou de ameaça à ordem simbólica. Assim, esses diferentes movimentos estão situados dentro de um mesmo campo discursivo e compartilham de semelhanças de atuação política (JUNQUEIRA, 2018).

Seguindo o pronunciamento, a paternidade responsável, o respeito à sexualidade humana e a percepção da vida como uma riqueza também são elementos destacados. Mas nessa articulação, novamente é ressaltado que a vida é entendida desde a concepção, com isso o governo condena o aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. Novamente, há uma contradição em sua fala. A criminalização do aborto é uma política que vai na contramão da promoção da paternidade responsável. O tema da “ideologia de gênero” também reverbera aqui: como é possível paternidade responsável e respeito à sexualidade humana sem educação sexual e de diversidade sexual nas escolas? Além disso, outro elemento comum com o discurso





anterior é a menção de políticas de prevenção ao suicídio e a automutilação.

A Constituição brasileira defende a paternidade responsável, respeita a sexualidade humana e percebe a vida como uma riqueza. O governo do presidente Bolsonaro, por sua vez, defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. O Sistema Único de Saúde (SUS) dá acesso universal ao atendimento pré-natal, provê assistência durante o parto e acompanhamento posterior, inclusive fornecendo acesso gratuito a vacinas e medicamentos (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-dameres-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>).

O tema do trabalho também é articulado enquanto uma questão que envolve as famílias. No entanto, novamente, as políticas e medidas destacadas visam a responsabilização das famílias e não a proposição de equipamentos públicos de cuidado. A proposta visa o equilíbrio entre trabalho e família. Sem dizer como isso se daria, nos cabe imaginar que se trata de políticas que permitam que os pais fiquem mais tempo com seus filhos. Sabemos que no fim, isso implica em maior sobrecarga das mulheres, já que somos nós as maiores responsáveis pelas atividades de cuidado.

É justamente nas mulheres e mães que Dameres enxerga uma estratégia para os problemas demográficos, através de políticas de fortalecimento da maternidade, incentivo a adoção e da prestação de apoio às famílias uniparentais.

Também temos priorizado auxiliar os nossos profissionais a alcançar um equilíbrio saudável entre trabalho e família. Estamos em franca campanha de prevenção à automutilação e ao suicídio, mal que assola as famílias tanto no Brasil como no resto do mundo. Frise-se que nosso governo não busca interferir na família, mas protegê-la, assegurando sua autonomia e liberdade. Nesse quadro, buscamos promover uma política de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção, bem como prestar o necessário apoio às famílias uniparentais, geralmente chefiadas por mulheres, que são muito comuns no Brasil (Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro>).



bro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia).

O discurso termina com o convite para a formação de um grupo de países amigos da família para defender e resgatar valores que alguns setores tendem a ignorar. O recente histórico diplomático entre os governos de Bolsonaro e Orbán, a participação ativa na III Cúpula Demográfica de Budapeste, são exemplos da articulação e ascensão de novas pautas e implementação de políticas em leituras xenófobas, nacionalistas e familistas (SOARES E RICOLDI, 2022). Para os autores, forças de extrema-direita conservadoras estão se articulando mundialmente e firmando sólidas raízes no Brasil, comprometidas com uma revolução cultural capaz de redefinir ideias e valores no interior da sociedade.

A defesa da família tradicional afeta a democracia de um país, na medida em que tais atores tendem a rechaçar ações voltadas a reconhecer as mulheres como sujeito, legalização do aborto, combate ao feminicídio, criminalização da homofobia e transfobia, legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da garantia da adoção, ampliação do acesso a novas tecnologias reprodutivas, asseguramento de informação sobre saúde sexual aos jovens, sexo seguro, despatologização da transexualidade, direito a autodeterminação, políticas educacionais de gênero e reconhecimento da diversidade sexual (JUNQUEIRA, 2018). Além disso, o autor destaca como o slogan “mais família, menos Estado”, aponta a convergência de ataques às estruturas do Estado social e aos direitos civis.

Em ambos os proferimentos não se nota reflexões sobre a realidade material das famílias e a responsabilidade do Estado em prover equipamentos de cuidado. Biroli (2020) e Soares e Ricoldi (2022) chamam atenção para um processo de aparelhamento do ministério por ativistas cristãos e conservadores com foco na implementação de políticas públicas para mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, substituindo o enfoque de gênero, em especial os direitos sexuais e reprodutivos, como eixo transversal de política pública, para assumir família como dimensão central.

Além disso, a análise evidencia como a família é mobilizada como estratégia para a promoção de políticas públicas em diversos temas, no primeiro caso sobre direitos humanos e no segundo sobre demografia. Nos dois casos, a chave do pensamento é o fortalecimento das famílias, pressupondo uma situação de ameaça a elas. Portanto, apesar dos



discursos selecionados não terem explicitamente mencionado o termo “crise” nas famílias, o que há de pano de fundo é esse contexto. Logo, nota-se como há uma performance em torno do conceito de crise que apresenta um problema para a sociedade e possíveis soluções. As soluções vão ao encontro das tendências neoconservadoras e de familismo.

### **Breves Considerações**

O trabalho buscou levantar pontos sobre o conceito de crise e a importância da moralidade nas análises sobre democracias e economia, sobretudo a forma com que a organização familiar é entendida, através da análise do discurso crítica de atos de fala de Damares Alves. O termo crise, longe de ser algo unívoco, carrega consigo um sentido que é constituído nos discursos dos atores políticos e a forma com que é articulado delineia práticas políticas.

Além disso, o trabalho busca salientar a importância de questões relacionadas ao gênero para análises do contexto atual. A maioria das reflexões e diagnósticos sobre a tendência de desdemocratização não o inclui enquanto uma categoria analítica, sendo que as reações contra o gênero são uma das características comuns de todos os processos de erosão das democracias (BIROLI, MACHADO E VAGGIONE, 2020). Logo, o que está em risco são os fundamentos da agenda da igualdade de gênero em conjunto com fundamentos da democracia e do Estado de direito, na medida em que o neoliberalismo restringe a capacidade política e estatal e o neoconservadorismo moraliza o poder estatal nas esferas domésticas e internacional (BIROLI, MACHADO E VAGGIONE, 2020)..

A privatização da família, ou a expansão da esfera pessoal protegida, consequência e parte do avanço do neoliberalismo desmontam a infraestrutura pública. Acresce que a restrição de direitos trabalhistas faz do apoio das famílias uma necessidade prática e um antídoto para riscos (BROWN, 2019). A falta de alternativas públicas de cuidado também reforça o familismo, o que incide ainda mais sobre a mulher, dada a divisão sexual do trabalho. Portanto, teorias preocupadas com a manutenção de uma sociedade justa e igualitária, ou com os princípios que sustentam a democracia, não podem ignorar essas dimensões do pensamento e da prática política e econômica.



O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem sido estratégico para instituir a pauta conservadora. A postura de Damares com enfoque familista é um elemento importante deste quadro. Assim, o artigo mostrou como em dois eventos diferentes, que tratavam de temas distintos, a família foi apresentada como plano de fundo para a proposição de políticas públicas. Entende-se que o Brasil apresenta continuidades e convergências com fenômenos internacionais identificados por parte da literatura com a qual o texto dialoga. No entanto, é importante destacar as singularidades do país, como a mobilização (ou não) da pauta migratória. Além disso, também é importante que pesquisas futuras investiguem como essa matriz discursiva atrelada à ideia de uma crise nas famílias tem sido mobilizada ao longo dos anos, a fim de identificar deslocamentos e permanências.

## Referências

- ALEXANDER, J. C. **Frontlash/Backlash: The Crisis of Solidarity and the Threat to Civil Institutions**. Contemporary Sociology: A Journal of Reviews, v. 48, n. 1, p. 5–11, jan. 2019.
- AZMANOVA, A. **Capitalism on edge: how fighting precarity can achieve radical change without crisis or utopia**. New York: Columbia University Press, 2020.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **cadernos pagu**, 2018.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, p. 28, 2019.
- CORDERO, R. **Crisis and critique: On the fragile foundations of social life**. [s.l.] Routledge, 2014.
- COOPER, Melinda. **Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism**. MIT Press, 2017.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 2001.



- GILBERT, A. S. **The crisis paradigm**. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2019.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- KOSELLECK, R. **Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 1999.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.
- NOZICK, Robert (1991). **Anarquia, Estado e Utopia**. RJ, Zahar Editores.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises of democracy**. Cambridge University Press, 2019.
- RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; FALCÃO, Carolina. Família de Deus, valores neoliberais: Damares Alves e a depuração de direitos. **Revista RelegensThréskeia**, v. 10, n. 2, p. 54-77, 2021.
- ROITMAN, Janet. The stakes of crisis. In: KJAER, Poul F.; OLSEN, Niklas (eds.). **Critical theories of crisis in Europe: from Weimar to the Euro**. Reinventing critical theory. Londres: Rowman & Littlefield International, 2016. p. 17-34.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo**. 2019.
- SOARES, Felipe Furini; RICOLDI, Arlene Martinez. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.



## In the name of the family: Analysis of Damares Alves' speech on the family crisis

**ABSTRACT:** *The objective of this work is to carry out a critical discourse analysis, inspired by Fairclough (2013) of the pronouncements of Damares Alves, at the UN Human Rights Council and at the III Budapest Demographic Summit, both held in 2019. The objective was to understand the meanings assigned to the family and how the family was mobilized to discuss different agendas. It dialogues with part of the literature that points to the roots of neoconservatism in the convergence between neoliberalism and conservatism, by identifying crisis processes in families (COOPER, 2017; BROWN, 2019) and critical reflections on the performative dimension of the concept of crisis (GILBERT, 2019; ROITMAN, 2016). The choice for the events is due to the repercussions of the speeches, especially in relation to the conservative alignment in defense of the family and the nation. It is evident how the minister's position corroborates the notion of the heterosexual nuclear family as society's primary base, including impacting the formulation of public policies.*

**KEYWORDS:** Damares Alves. Neoconservatism. Crisis. Family. Critical Discourse Analysis.

**Gabrielle MARQUES**

*Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas na área de gênero, teorias feministas, conservadorismos e imagens.*

*Recebido em: XX/XX/XXXX*

*Aprovado em: XX/XX/XXXX*